

TELA CRÍTICA

“O Preço do Amanhã”, de Andrew Niccol

(EUA, 2011)

Análise crítica do filme



Tema: Trabalho como fundamento da condição humana e da sociedade.

César Augusto Ribeiro Nunes

Introdução

O filme **“O Preço do Amanhã”**, de Andrew Niccol, constitui-se como uma das mais recentes produções cinematográficas deste roteirista e Diretor nascido na Nova Zelândia que, no final da década de 1990, teve rápida ascensão em sua carreira profissional com os filmes **“Gattaca - A Experiência Genética”** (1997) e **“O Show de Thruuman”** (1998), considerados pela crítica cinematográfica da época como dois destacados trabalhos cinematográficos. Importante ressaltar que o filme **“O Preço do Amanhã”**, quando cuidadosamente analisado, revela muitas relações e identidades com os referidos filmes da década de 1990, a começar pelo gênero fílmico escolhido, qual seja, a ficção-científica. Em todos estes trabalhos do Diretor Andrew Niccol a técnica e a tecnologia constituem-se como o principal eixo temático da história, em torno do qual são apresentados outros argumentos, tais como a ação, o desenrolar do drama e até mesmo a exposição da comédia. Entretanto, para além do gênero escolhido, os filmes em questão trabalham, também em comum, alguns dos temas de maior

interesse para a Sociologia do Trabalho e das Relações Laborais, cuja análise será realizada mais detalhadamente ao longo deste trabalho de conclusão de curso. Ademais, no que diz respeito ao conteúdo das temáticas abordadas pelo primeiro filme citado, lançado no ano de 1997, podemos considerar que o mesmo concentra o seu roteiro na chamada técnica de manipulação genética (ALVES, 2003), um instrumento utilizado em um contexto social futurista que, apesar de desenvolvido para os parâmetros atuais, continua tratando de um contexto e de um mundo que se apresenta dividido em classes sociais, com a prevalência e o domínio de uma sobre a outra, por via de um rigoroso controle social identificado na própria técnica científica já enunciada. Neste filme o protagonista move-se por determinações individualistas, à semelhança do típico e estigmatizado modelo do “herói americano”, cujo ideal de vida não se mistura com a consciência de classe ou até mesmo os propósitos políticos de uma ideologia definida. Contrariamente ao que se possa imaginar, a luta deste herói contra o sistema de controle genético, que pode ser identificado como a representação material e metafórica do sistema de classes sociais dominado pelo capital, se resume a uma luta contra: *“si mesmo, contra seus fluidos e restos corporais capazes de denunciá-lo como Inválido”* (Alves, 2003, p. 01). Em outras palavras, o filme “Gattaca” não foge à regra dos roteiros padronizados e comerciais de Hollywood, porém deixa transparecer em suas cenas as contradições mais características da sociedade moderna capitalista, desigual, exploratória e desumanizadora.

Um ano depois de lançar a ficção-científica acerca do tema da engenharia genética, Andrew Niccol seria mais uma vez bem recebido pela crítica de cinema internacional com o filme “O Show de ThruMan”, uma cooperação dele com o diretor Peter Weir (“Sociedade dos Poetas Mortos”). Nesta nova produção, o Diretor neozelandês abordou mais uma vez o tema do *controle social*, agora realizado pela tecnologia dos aparelhos de comunicação e transmissão de dados conhecidos *realities shows*, uma marca moderna do fetichismo social causado pelo modelo de produção capitalista. ThruMan, nesse sentido, é o ser humano transformado em mercadoria, que passa a ser manipulado pelo metabolismo social do capital em simultâneo contraponto à corrosão de sua autoexpressão pessoal. Paralelamente a esta perda de autonomia e de subjetividade do protagonista, são apresentados aos telespectadores discussões como o da invasão de privacidade, da indústria cultural e da mecanização das relações humanas e espaciais. ThruMan, assim como a personagem principal de “Gattaca” de alguma forma busca lutar contra a completa perda de auto-referência pessoal e de percepção da realidade, estas provocadas pela força de um sistema criado e gerido pelo interesse do capital.

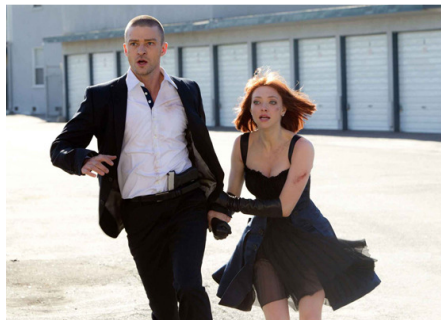
Por último, o filme ora em análise, lançado mais de dez anos depois dos anteriormente citados, como já mencionado, recupera muito destes elementos ligados à crítica e à discussão da sociedade moderna e burguesa, tomada aqui como causa e dinâmica produtora da desumanização do ser humano. Em “O Preço do Amanhã”, porém, a temática central escolhida é outra, especificamente, o *trabalho*. Embora trabalhando uma temática central diferente, o diretor não se esquece de resgatar os eixos estruturantes de seus enredos, quais sejam, a divisão de classes, o controle social, a fetichização das relações sociais e a luta individualizada de um herói protagonista, excluído pela ordem dominante do capital, porém incapaz de reconhecer os determinantes políticos e econômicos que lhe condicionam.

Ante esta sucinta introdução, buscaremos a seguir aprofundar a análise de alguns destes temas componentes do filme “O Preço do Amanhã”, já minimamente apresentados, com objetivo de proceder a um esclarecimento teórico e crítico, de natureza histórico-ontológico, da categoria *trabalho* como fundamento da condição humana, o qual será produzido tendo por base os elementos sociais encontrados na ficção-científica dirigida por Andrew Niccol.

O Filme

Situado temporalmente em um futuro não muito distante da atualidade, perceptível pela apresentação imagética das estruturas da cidade e do contexto geral do filme, o mesmo se inicia com a revelação do novo estágio social e civilizatório conquistado pela ciência, a qual foi capaz de produzir uma condição histórica e material nunca antes possível para a humanidade. Trata-se, pois, do uso de técnicas científicas ligadas à área da engenharia genética que revolucionaram o estado temporal do homem, agora capaz de controlar a sua existência empírica. Segundo o conteúdo narrado em primeira pessoa logo na abertura da produção, todos os indivíduos foram submetidos a uma mutação em seu código de genes que interromperia o envelhecimento aos 25 anos de idade. No entanto, a partir do momento em que esse indivíduo completasse esta idade começaria a funcionar em seu organismo um dispositivo de contagem do tempo que lhe garantiria apenas mais um ano de vida, tempo este comum a todas as outras pessoas. Com efeito, a não ser que o indivíduo consiga mais tempo durante este período de 12 meses, é certo também que a sua vida será finalizada, ocorrendo, portanto, o evento terminal de sua existência, a morte.

Nessa nova sociedade o *tempo* passa a ser a nova moeda, todos podem adquiri-lo e dispô-lo, conforme o estabelecimento das novas relações sociais ligadas ao sistema de produção. Como consequência direta desta mudança, surge nítida a primeira clivagem social: os “ricos” podem viver eternamente enquanto os “pobres” precisam cuidar para que a quantidade de tempo em seus cronômetros regressivos não seja menor do que o número de horas que faltam para o fim do dia. Will Salas, o protagonista da história, situa-se na classe dos menos abastados com tempo de vida. Ele vive com sua mãe, que logo na primeira cena revela estar completando 50 anos de vida, em uma moradia alugada que se apresenta como moradia de pessoas de baixo nível econômico para os padrões da realidade atual. Mais adiante vamos percebendo quais são as diferenciações de classes sociais e de que forma elas estão divididas neste contexto futurista. Cabe ressaltar, por sua vez, que Will e sua mãe são obrigados a viver o tempo que lhes restam como a maioria da população mundial, ou seja, trabalhando em atividades que lhes possam garantir o recebimento de mais tempo e, por conseguinte, premidos por essa relação mórbida perfazem a garantia de quitação das dívidas que decorrem das necessidades humanas mais fundamentais, tal como a alimentação e a moradia.



Em um determinado momento de sua vida, porém, Will se envolve em uma situação que para sempre muda sua história. O roteiro expressa um acontecimento baseada no conceito de arbitrariedade, sem lançar mão de uma concepção de intencionalidade do protagonista. Exposto a uma situação de lutar para conseguir a ração diária de tempo para continuar vivo ele se depara com um fugitivo das esferas de poder temporal e longevidade de um nível superior, que acaba perseguido e é amparado pelo protagonista, numa dinâmica aparentemente solidária, ainda que pouco explícita, das reais motivações, e esse personagem repassa ao protagonista uma quantidade de vida temporal milionária, o que lhe retira a

exiguidade da jornada diária e o lança a outros universos de vivência, compreensão e contradição.

Acusado injustamente pelo crime de ter subtraído o tempo de vida de um “milionário” desconhecido, o personagem central do filme será levado a uma jornada perigosa que contraria tudo aquilo que parecia já estar pré-definido no sistema social dominado pela classe dos proprietários de tempo. Motivado por questões pessoais, muito por conta da morte de sua mãe, uma vítima do sistema exploratório das classes “pobres”, Will Salas desafia a ordem, as barreiras físicas e imaginárias que separam as classes sociais, assim como as instituições responsáveis (guardiões do tempo) por controlar os interesses e fluxos de pessoas e de valor-tempo. Sua postura aventureira, mais uma vez de acordo com aquilo que se espera do herói americano, passa a ser a sede de fazer justiça com as próprias mãos em favor dos menos favorecidos. Premido entre a necessidade de sobreviver, o amor da mãe e a arbitrariedade de uma doação extemporânea praticada pelo milionário-fugitivo e suicida, que pode representar uma alusão a um esvaziamento do sentido da vida vivida na frugalidade da mercadoria, o protagonista passa a buscar repartir a milionária dose de vida (tempo) recebida nessa inusitada situação de lograr proteger o milionário-suicida de uma *gang* de ladrões e violentos agentes que parecem expressar a contrapartida entre a ordem e o banditismo de manutenção do medo e da circunstancialidade do enredo.

Nessa perspectiva, o jovem se aproveita dos inúmeros anos que lhe foram doados pelo “milionário” e ultrapassa os limites de sua condição sócio-econômica, se assim é possível determinar. A cada nova situação Will vai se deparando com os contrastes que há entre classes e com as flagrantes desigualdades materiais e culturais entre “ricos” e “pobres”. Ao mesmo tempo, porém, Will passa a ser um indivíduo procurado pelos guardiões do tempo, uma espécie de agentes de fiscalização e proteção do tempo, sob acusações de crimes praticados contra aquele indivíduo que conhecera anteriormente e que lhe dera a chance de chegar até esta classe privilegiada. Em fuga, o personagem desafia o sistema que o aprisiona, supera as técnicas dos guardiões que o perseguem e a acaba por encontrar-se diante da família de um banqueiro que deste sistema todo se beneficia. Conhecedor de uma realidade inalcançável para os seus colegas e familiares, Will busca abalar o estado das coisas, com objetivo de melhor distribuir o tempo e, dessa forma, ampliar as chances de vida entre todos os homens e mulheres. Ao final, o herói se torna um ladrão ao lado dos pobres, uma espécie de Robin Hood metafórico que, acompanhado de uma parceira, a filha do banqueiro longo e rico, que pelo encantamento e admiração que esse personagem causa em sua vida vazia, atua

junto a ele e com ele passa a subtrair os estoques de tempo dos bancos e distribuí-los para os que mais precisam.

Infelizmente, a saga do personagem principal deste filme vai se moldando aos clichês e às ideias comuns dos filmes americanos, principalmente pelo fato dele se sustentar em conflitos superficiais, em diálogos quase sempre vazios e em personagens pouco complexos. Ao contrário disto, é de fácil percepção o cuidado dedicado pela produção aos elementos comerciais do filme, quase todos muito bem afinados e desenvolvidos (cenas de ação, cenários, efeitos especiais, trilha sonora e figurino). Some-se ainda a este quadro voltado para a indústria cultural a incorporação de situações repetidas como o envolvimento de Will com a jovem Sylvia, filha de um “rico” homem de classe alta, primeiro com intuito de usá-la como garantia de sobrevivência em uma perseguição, mas que depois passa a ser um relacionamento amoroso dentro de uma aventura que empreende para desestabilizar o sistema social. Ao final, podemos até concluir que o filme o “Preço do Amanhã” se inicia como um dos filmes mais promissores em termos de originalidade e criatividade no gênero da ficção-científica dos últimos tempos, mas que acaba por terminar repetindo histórias já velhas e desgastadas, num misto de Bonnie e Clyde, James Bond e Robin Hood.



De qualquer maneira, é possível identificar no filme alguns pontos interessantes para o início de uma discussão que não se restringe ao que acima foi criticado, dado este ao qual nos concentramos para aprofundar e contribuir com alguns debates já existentes na área das ciências humanas, em especial a Sociologia: as relações histórico-materiais do homem e do trabalho e destes com a dinâmica e do metabolismo do sistema de produção com a sociedade. Para isto, faremos uso de uma bibliografia básica de referência encontrada a partir de obras e trabalhos menores de autores como Karl Marx, Friedrich Engels, Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Demerval Saviani e István Mészáros que nos auxiliará na sistematização das principais categorias e conceitos, contextualização dos temas e consequente interpretação analítica do conjunto geral da Sociologia e do Trabalho.

Análise Crítica

Partimos dos pressupostos teóricos de que o trabalho corresponde a um fato social que permite a produção da existência humana, sendo certo ainda que a sociedade se estrutura em função do modo como se dão as relações de trabalho entre os indivíduos. Nesse sentido, impressionante constatar a força das definições de Marx e de Engels sobre a natureza e identidade do trabalho humano:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. É em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (ENGELS, 1876, p. 1).

O trabalho é, em primeiro lugar, um processo de que participam igualmente o homem e a natureza, e no qual o homem espontaneamente inicia, regula e controla as relações materiais entre si próprio e a natureza. Ele se opõe à natureza como uma de suas próprias forças, pondo em movimento braços e pernas, as forças naturais de seu corpo, a fim de apropriar-se das produções da natureza de forma ajustada a suas próprias necessidades. Pois, atuando assim sobre o mundo exterior e modificando-o, ao mesmo tempo ele modifica a sua própria natureza. Ele desenvolve seus poderes inativos e compele-os a agir em obediência à sua própria autoridade (MARX, 1996, p. 197-198).

Ainda discorrendo sobre este tema, são complementares as descrições apresentadas pelo destacado autor Demerval Saviani, no sentido de que o trabalho seja definido como pressuposto antropológico, como dimensão objetual que se transforma num produto e como mediação social, em que são consideradas, sempre, as condições objetivas de produção do homem. Discorre:

Ora, o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico. É, portanto, na existência efetiva dos homens, nas contradições de seu movimento real, e não numa essência externa a essa existência, que se descobre o que o homem é: "tal e como os indivíduos manifestam sua vida, assim são. O que são coincide, por conseguinte, com sua produção, tanto com *o que* produzem como com o modo *como* produzem" (*idem, ibidem*). Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios

homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (SAVIANI, 2007, p. 2).

Assim, quando voltamos o estudo para compreender o atual desenvolvimento do sistema de trabalho da sociedade contemporânea, nos deparamos, da mesma forma, com o processo histórico da humanidade que alterou radicalmente as relações entre o homem e a natureza. Conforme nos ensina Giovanni Alves (2012), apesar de alguns outros animais realizarem atividades instrumentais um pouco mais complexas do que aquelas que derivam do próprio extinto de sobrevivência, estas não passam de uma “instrumentalidade tosca”. Somente o ser humano foi capaz de superar este estágio de intercâmbio com a natureza para um padrão de consciência, conforme discorreu Marx no século XIX em um de seus textos referenciais:

Pressupomos o trabalho em uma forma que caracteriza como exclusivamente humano. Uma aranha leva a cabo operações que lembram as de um tecelão, e uma abelha deixa envergonhados muitos arquitetos na construção de suas colméias. **Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto ergue a construção em sua mente antes de a erguer na realidade.** Na extremidade de todo processo de trabalho, chegamos a um resultado já existente antes na imaginação do trabalhador ao começá-lo. Ele não apenas efetua uma mudança de forma no material com que trabalha, mas também concretiza uma finalidade dele próprio que fixa a lei de seu *modus operandi*, e à qual tem de subordinar sua própria vontade. E essa subordinação não é um ato simplesmente momentâneo. Além do esforço de seus órgãos corporais, o processo exige que durante toda a operação, a vontade do trabalhador permaneça em consonância com sua finalidade. Isso significa cuidadosa atenção. Quanto menos ele se sentir atraído pela natureza de seu trabalho e pela maneira por que é executado, e, por conseguinte, quanto menos gostar disso como algo em que emprega suas capacidades físicas e mentais, tanto maior atenção é obrigado a prestar. (grifos nossos). (MARX, 1867, p. 197-198)

Por essa capacidade o homem é o animal que se destaca e que pode superar com mais facilidade as necessidades materiais que se apresentam no tempo e no espaço que condicionam sua existência. Pelo trabalho ele sobrevive e sobressai, reduzindo as barreiras naturais que o cercam e criando as condições adequadas para o estabelecimento da própria sociedade organizada. Nesse sentido, Alves (2012) demarca que o homem foi capaz de fazer do seu trabalho uma ferramenta de sobrevivência em face à natureza, assim como condição para o próprio estabelecimento da vida em sociedade. Quer dizer, essa atividade assumiu

diversas formas ao longo dos tempos, tal como se observa no trecho a seguir: *“formas sociais de acordo com os modos de produção historicamente determinados ou modos de cooperação social e apropriação do produto social da atividade vital do trabalho correspondente a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social”* (ALVES, 2012, p. 06).

Antes do estabelecimento do capitalismo e seu modo de produção correspondente, a atividade humana de transformação da natureza se dava em condições primitivas e predatórias, cuja finalidade se resumia a satisfação da própria necessidade e, por consequência, a garantia da existência individual. Mesmo nesse nível rústico, o trabalho humano já se servia do esforço coletivo, tal como encontramos na história da agricultura, da caça e da extração mineral. Não é por acaso que em torno destes vínculos vitais entre homens e natureza e também entre os homens em si que surgiram as primeiras grandes civilizações, todas sustentadas nas forças produtivas que já ganhavam contornos mais complexos, principalmente em razão do uso de trabalho escravo como meio de realização da transformação dos elementos da natureza.



Saltando na história da humanidade, encontramos no seio da sociedade burguesa, estabelecida a partir do século XVIII, a nova configuração do trabalho, o qual até hoje resiste. Partindo dessas determinações temporais, concordamos com Antunes (2001), no sentido de que os indivíduos no tempo do capital produzem uma profunda mudança nas chamadas mediações de primeira ordem, cuja finalidade é a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal, introduzindo elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico. Descreve o autor:

(...) porque "a constituição do sistema de capital é idêntica à emergência de suas mediações de segunda ordem. De fato, o capital, como tal, nada mais é do que uma dinâmica, um modo e meio totalizante e dominante de mediação

reprodutiva, articulado com um elenco historicamente específico de estruturas envolvidas institucionalmente, tanto quanto de práticas sociais salvaguardadas. É um sistema de mediações claramente identificável, o qual em suas formas convenientemente desenvolvidas subordina estritamente todas as funções reprodutivas sociais - das relações de gênero familiares à produção material, incluindo até mesmo a criação das obras de arte - ao imperativo absoluto da expansão do capital, ou seja, da sua própria expansão e reprodução como um sistema de metabolismo social de mediação" (ANTUNES, 2001, pg. 15)

Alves (2002), por sua vez, define a constituição do sistema do capital como um sociometabolismo estranhado de caráter real, que pode ser entendido da seguinte forma:

Além de preservar (e ampliar) as determinações das sociedades de classe, com sua divisão hierárquica do trabalho, e as determinações do Estado político do capital com o poder social estranhado, a sociedade burguesa, a forma histórica mais desenvolvida das sociedades de classes, aboliu, com a predominância do trabalho capitalista (ou trabalho assalariado), o controle efetivo que o artesão ou o camponês tinham sobre o processo de trabalho (ALVES, 2012, p. 08).

Trata-se, pois de uma predominância de classe não só a partir do controle e revolução executado no modo de produção, mas também o controle e revolução executado nas configurações do chamado metabolismo social. Ora, em outras palavras, a grande mudança social gerada pela revolução burguesa não se constituiu apenas no estabelecimento de um novo modelo econômico produtivo, conforme costumamos encontrar nos livros de história, mas sim uma revolução nos elementos que constituem os processos de trabalho: atividade orientada a um fim, o objeto, e seus meios técnicos. Por isso a percepção acima referida de que a sociedade moderna é a sociedade do trabalho estranhado, ou seja, aquele cuja finalidade somente existe para obtenção de mais-valia.

Ora, se a finalidade passa a ser a mais-valia do capital, não importa mais o que ele pode produzir de concreto, apenas o seu resultado abstrato traduzido em valor econômico. É dessa forma que o trabalho hoje passa a ser entendido como categoria abstrata ligada ao sistema do capital e seu correspondente mundo de compra e venda de mercadorias. Assim sendo, tornou-se inevitável a transformação do próprio homem e, por consequência, da sua força de trabalho em mercadoria possível de ser comercializada, sendo o regime do assalariamento a sua expressão maior. Conforme expõe sucintamente Alves (2012b):

Deste modo, a redução do trabalho vivo a força de trabalho como mercadoria, um traço do capitalismo moderno, assume dimensões qualitativamente novas. Ao mesmo tempo, a tensão trabalho estranhado *versus* lazer não se põe mais como na grande indústria, tendo em vista que o próprio lazer é erodido na medida em que a produção do capital torna-se

totalidade social. O lazer torna-se meramente um momento da subjetivação estranhada do capital que antes só ocorria no tempo de trabalho. Lazer é consumo. Lazer é entretenimento. Na era do hiperconsumismo e dos valores-fetichismo, que caracterizam o capitalismo manipulatório, o estranhamento alarga-se para esferas do lazer e consumo (ALVES, 2012b, p. 13)

Portanto, o novo processo de trabalho delimitado pelo sistema do capital adquiriu novas formas sociais, diferentes daquela que possibilitou a própria determinação do homem como homem em seu início primitivo. O sistema do capital impõe aquilo que se denomina processo de valorização do produto trabalho, isto é, a cerne da teoria de Marx acerca dos valores de uso, de troca e de mais-valia do capitalismo. Não obstante, tem-se discutido na corrente sociológica acima qualificada que tal processo de trabalho moderno tende a negar a sua condução como atividade consciente produzida por trabalho vivo, para considerá-lo agora o resultado do processo de produção capitalista conduzido pelo trabalho morto (ALVES, 2012b). Conforme recorda Alves mais uma vez, teria classificado o teórico Marx essa transformação como a passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital.

Ademais, cientes de que não é possível apresentar neste trabalho um entendimento mais detalhado e elaborado sobre as questões atinentes as concepções histórico-sociais da categoria *trabalho*, buscaremos agora apresentar uma interface possível entre aquilo que consideramos os pressupostos teóricos até aqui assumidos e os conteúdos destacados no filme “O preço do Amanhã”, e que guardam alguma relação temática.

De início, parece-nos evidente o quanto a ficção criada pelo Diretor Andrew Niccol, segundo a qual a moeda de troca do filme passa a ser definida não mais um valor quantificável economicamente e sim como a própria condição de existência dos indivíduos, se aproximam a uma intensificação limite do processo de passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital.

Isto quer dizer que, mais do que a troca do *trabalho vivo* pelo *trabalho morto*, também responsável pela mecanização do trabalho e pela negação da subjetividade de quem trabalha, a possibilidade de condicionar a existência imediata dos seres humanos em um sistema capitalista de mercados que se estrutura em valor-tempo seria um grau maior de subsunção real do trabalho, para nós a linha final do nexos estranhado do sóciometabolismo do capital. Corroboramos para este entendimento a análise comparativa daquilo que afirma Alves em seus estudos, quando se refere ao estranhamento da máquina capitalista, no sentido de que o trabalho se tornou mera ação mecânica e a ciência se colocou fora da subjetividade negada de

quem trabalha, e a ficção central da produção cinematográfica que insere a ciência no homem. Nesse sentido o texto abaixo:

Na verdade, a ciência foi pensada e constituída em outro local: nos grandes laboratórios das corporações industriais (é a separação entre execução e concepção, concebida pela Organização Científica do Trabalho, de F.W. Taylor) e no processo de trabalho, a ciência encontra-se presente *não* em quem trabalha, mas dentro de uma *coisa* – objetivada na máquina ou no sistema de máquina. (ALVES, 2012, p. 34).

No filme “O Preço do Amanhã” homens e máquinas se confundem. Visualiza-se a ciência incorporada nas coisas, mas também a ciência incorporada no homem. A tecnologia, em suma, domina o trabalho e a própria existência material do ser vivo que trabalha, pois na realização de sua própria reprodução ampliada, é necessário que o capital consuma permanentemente o trabalho vivo. É nesse sentido que Marx desenvolveu a sua teoria da luta de classes, em que o tempo da produção pode ser percebido pela composição de dois segmentos: um em que a mercadoria é reduzida à abstração do valor e outro em que o trabalho é reduzido à abstração de um tempo desqualificado. Trata-se, pois, de uma nova temporização, descrita pelo autor da seguinte forma:

(...) A produção capitalista, que essencialmente é produção de mais valia, absorção de trabalho excedente, ao prolongar o dia de trabalho, não causa apenas a atrofia da força humana de trabalho, à qual rouba suas condições normais, morais e físicas de atividade e de desenvolvimento. Ela ocasiona o esgotamento prematuro e a morte da própria força de trabalho. Aumenta o tempo de produção do trabalhador num período determinado, encurtando a duração da sua vida. O valor da força de trabalho compreende o valor das mercadorias necessárias para reproduzir o trabalhador, ou seja, para perpetuar a classe trabalhadora. Se o prolongamento da jornada contra as leis naturais (o qual o capital necessariamente quer conseguir em seu impulso desmedido para expandir seu valor) encurta a vida do trabalhador e com isso a duração da força de trabalho, torna-se então necessária a mais rápida substituição dos elementos desgastados. Aumentam os custos de desgaste na reprodução da força de trabalho. O mesmo ocorre com uma máquina: quanto mais rápida ela se desgasta, tanto maior a proporção do valor a ser reproduzida diariamente. O interesse do próprio capital parece indicar a conveniência da jornada normal de trabalho. (MARX, 1996, p. 301-302).

Quando colocados em relação, o valor de uso e o valor de troca no movimento global do capital, chegamos ao valor como abstração do tempo social, ou seja, o tempo como medida a ser mensurada. Marx, portanto, foi capaz de entender a temporalidade no tempo do capital em sua forma mais específica, nunca revelada por nenhum filósofo da história. Como consequência dessa teoria, o autor produz um desvendamento completo da exploração, onde o tempo é profanizado, sendo elaboradas as ligações das temporalidades contrárias da produção

e da circulação, os antagonismos do trabalho e do capital, as oposições do dinheiro e da mercadoria. Define, portanto, que o tempo nada mais é que uma *relação social* em movimento (ABREU, 2009).



Sobre o tempo há extensa e qualificada literatura nas prateleiras históricas da Filosofia e da História. O materialismo histórico-crítico e dialético articulou uma mudança estrutural no conceito de tempo, representando-o não de maneira metafísica e abstrata, como se fizera em toda a tradição grega e medieval, mas articulando a concepção de tempo com a percepção do tempo, que é a matriz de HEGEL e seus contemporâneos. O tempo já não é mais o hiato divino ou ainda a expressão de uma determinação arquetípica definida pela divindade, nem mesmo no lógico sistema aristotélico de um *deus ex machina*, o tempo é a consciência (o espírito que se manifesta *no ser* e existir *do* homem), afirmaria a filosofia alemã pelas expressões de HEGEL. MARX (1859) inverte a famosa afirmação de HEGEL e define que o tempo é a materialidade do trabalho do homem, entendido aqui como dimensão material e ontológica. O tempo do homem é o tempo do trabalho humano. Por conseguinte a vida do homem é a expressão de seu existir na dinâmica do trabalho. Tempo, Vida e Trabalho se articulam numa síntese filosófica e ontológica.

Desse modo, a expropriação do trabalho humano efetuada pela dinâmica das relações sociais e materiais de produção e de organização dessa produção não se resumem a usurpar uma dimensão secundária ou acidental da condição humana: a exploração do trabalho humano vivida sob as condições de produção do metabolismo do capital reprodutivo são a mais lidima exploração da vida humana. Ao deixar nas mercadorias e produtos seu tempo e inteligência, sentimentos e idiosincrasias o homem se expressa. Quando essas mercadorias e produtos, por força das relações de produção, são expropriadas por outrem, é a vida dos trabalhadores e produtores que é expropriada e alijada. Tempo, trabalho e vida novamente expressam a dialética da alienação e exploração.

Quando se aproxima a lente crítica do método dialético para analisar a metaforização do tempo como vida, controlado por uma intervenção de natureza genética, constituída a partir da apropriação da ciência como base material do capital e arma de sua manipulação na direção de controle e otimização de lucros, reforço da estrutura de classes e produtor das diferenças sociais e biológicas patentes, a longevidade dos ricos e a exiguidade da vida dos pobres e despossuídos.

As forças sociais constituídas existem para vigiar o injusto sistema de expropriação da vida dos pobres e condução separatista para as esferas dos distritos abastados. O que faz a longevidade e riqueza da vida dos ricos é a bárbara condição de lutar para sobreviver mais um dia, com a troca de minutos efêmeros, entre o trabalho e a bandidagem, que se equivalem no mundo dos despossuídos. As forças militares (os guardiões) e todo o aparato de vigilância social nada mais são do que estruturas para a manutenção da ordem estabelecida, o jogo da exploração e expropriação do tempo/trabalho/vida dos pobres. A ética da propriedade, a elegância e fausto do requinte dos ricos contrastam com a brutalidade das condições de vida dos pobres, dos sem-tempo e sem-vida que caem pelas ruas e calçadas em cenas típicas de *reificação* e desumanização. Desse modo, de maneira didática, ainda que para isso tenha que simplificar com relativo tom panfletário, o filme expressa a dialética da exploração do trabalho pela expropriação da vida dos trabalhadores desse mundo centrado sobre a contradição matricial do sistema: o que sobra de vida para uns é o que é retirado dos outros. O diretor ainda pontua aqui e acolá alguns excertos idealistas, a possibilidade do amor, a futilidade das vidas longevas, estruturadas pela exploração, mas que expressariam um *non-sense*, tanto pela ética do desespero, materializada no suicida-doador quanto na companheira de redentores assaltos aos cofres de vida do pai-banqueiro à medida que se sente esclarecida pela aventura amorosa vivida com o protagonista.

Em suma, a vida e o tempo de trabalho, condicionada à expressão de uma durabilidade geneticamente controlável, a exploração do trabalho como extorsão da vida de outrem apresenta-se como a base da trama do filme. Como recurso visual apresenta-se como uma obra de singular efeito em seus interlocutores, quer seja pela inspiração fortemente convincente da trama, ainda que às avessas da conceituação esclarecida da relação capital-trabalho, mas que aproximada das bases e categorias do pensamento crítico-dialético acabam assumindo uma dimensionalidade conscientizadora, através da possibilidade de entabular uma interpretação e uma sensibilização reflexiva original.

Bibliografia

ABREU, Gilberto A. *A Deserção da História: o Pós-Modernismo e o Neoliberalismo como armas ideológicas do capitalismo global – Um Mal Estar mais que uma Ruptura*. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação da UNICAMP. Campinas-SP. 2009.

ALVES, Giovanni. *Gattaca – A Experiência Genética*. Resenha Crítica disponível em: <http://www.telacritica.org/gattaca.htm>. 2003. Acessado em maio de 2013.

ALVES, Giovanni. *O Conceito do Trabalho – A perspectiva histórico-ontológica*. Mimeo.

ALVES, Giovanni. *Maquino-fatura: Breve nota teórica sobre a nova forma social da produção do capital na era do capitalismo manipulatório*. Mimeo.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*, São Paulo: Boitempo Editorial. 2001.

ENGELS, Friedrich. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>. 1876. Acessado em julho de 2012.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda. 1996.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos, *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 12, nº. 34. Rio de Janeiro: Jan./Abr. 2007.